

“A educação financeira e previdenciária é peça-chave da governança das entidades e de sua relação com participantes e assistidos”. A observação é de Denis Von Kostrisch, especialista em Previdência Complementar da Previc e não apenas reforça o que todos sabem sobre a relevância dos programas educacionais para a qualidade do relacionamento das entidades com o seu público prioritário, mas também e principalmente mostra a visão da autarquia a respeito do assunto. Se, em algum momento após a IN 11 houve qualquer dúvida sobre se as autoridades continuavam valorizando as ações educacionais das EFPCs, está tudo esclarecido. O próprio titular da Previc, Carlos de Paula, já havia três dias atrás sublinhado o fato de que tais esforços serão levados em conta pela fiscalização, que os considerarão uma prova a mais de que a governadoria do fundo funciona.

Mas a Previc vai além, indica Denis. A autarquia coloca as suas fichas no desenvolvimento e cada vez maior aceitação de indicadores capazes de medir o grau de sucesso dos programas de educação previdenciária e financeira. Aqueles que medem a eficácia (diferentemente da eficiência, que trata do como fazer, a eficácia diz respeito ao que fazer) já estão amplamente difundidos, mas os que servem de régua para a efetividade (benefícios reais trazidos pelo que foi feito) dos resultados alcançados, implementados mais recentemente, ainda dependem para ser mais aceitos das palestras e oficinas realizadas pela Previc. Um esforço que deverá constar do planejamento para 2015, ainda não concluído.

As palestras ocorrem em todos os seminários de previdência complementar promovidos pela Previc (já foram nove, em cinco anos). Já as Oficinas de Projetos de Educação Previdenciária foram realizadas duas, em 2012 e 2013.

Direto ao ponto - Denis foi direto ao ponto em sua palestra no 2º Encontro de Educação dos Fundos de Pensão, promovido pela Abrapp há três dias. “O desenvolvimento do trabalho de educação financeira e previdenciária é totalmente facultativo, mas os fiscais da Previc considerarão a existência de projeto em execução como evidência positiva da governança da entidade, quando da elaboração e detalhamento do programa de fiscalização”. E completou: “E para reconhecer que a entidade tem um projeto adequado em execução, a fiscalização irá cotejá-lo com os requisitos do artigo 2º da IN 11/2014, que são os mesmos da revogada IN 32/2008”.

Os indicadores servem para acompanhar a evolução das ações, avaliar a necessidade de correções durante a execução e certificar o atingimento das metas e objetivos. Já as metas são valores desejados para os indicadores ao longo do projeto, explicou Denis, que no evento descreveu em detalhes como se constrói um indicador. Ele também recomendou cuidado para não se desenvolver ações sem objetivos claros, uma vez ser necessário estar sempre clara a vinculação (causa e efeito) entre diagnóstico, produtos desejados e ações para realizá-los.

Enfim, um bom leque de indicadores facilita priorizar as ações por ordem de importância e, consequentemente, otimiza a aplicação dos recursos da EFPC. Além disso, são instrumentos de gerenciamento do projeto, oportunizando correções de rumo quando necessário. E sem esquecer que a mensuração da eficácia e da efetividade das ações e projetos possibilita uma maior divulgação e o controle interno e externo do processo de implementação.

Denis adianta que não há intenção por parte da Previc de implementar novas categorias de indicadores além dos já existentes. Fazê-lo fica sendo uma opção dos gestores dos projetos, caso desejem. Mas sempre levando em conta que utilizar indicadores pouco significativos pode agregar custo, sem contudo acrescentar valor algum em contrapartida.

Quanto aos indicadores hoje existentes, foi seguida a orientação genérica do PMI (Project Management Institute), que é uma entidade internacional que reúne essa base de conhecimentos, só que com forte simplificação na adaptação às necessidades das EFPC.

**Fonte:** [ABRAPP](#), em 16.10.2014.